



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

117

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 329533-2 - Caruaru (5ª Vara Cível)

Apelante: Antônio Manoel de Oliveira

Apelado: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FRAUDULENTO. DÉBITOS REALIZADOS POR TERCEIRO. COBRANÇA E INSCRIÇÕES DE NOMES EM ORGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO (SPC) INDEVIDAS. PLEITO INDENIZATÓRIO NEGADO NO PRIMEIRO GRAU. APELAÇÃO. DANO MORAL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. FIXAÇÃO EM VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA REFORMADA. PROVIMENTO MONOCRÁTICO DO APELO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. PRECEDENTES DO STJ

1. Insurge-se a agravante contra a decisão terminativa que deu provimento a recurso de apelação interposto pelo autor, fundada em jurisprudência pacífica desta Corte e dominante no STJ.
2. Não merecem prosperar os argumentos da agravante de que a existência de anotação anterior em nome do recorrido no SPC inviabiliza o pedido indenizatório.
3. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça e precedentes deste E. Tribunal de Justiça o dano moral é *in re ipsa* para hipóteses de inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros de inadimplentes.
4. A existência de outros registros desabonatórios não constitui óbice à pretensão indenizatória por inscrição indevida, precedentes do TJPE e STJ.
5. Caracterizado o dano moral diante da conduta desidiosa e gravosa da Celpe, sendo presumidos os prejuízos alegados pelo consumidor.
6. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes- Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

118

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 329533-2 - Caruaru (5ª Vara Cível)

Apelante: Antônio Manoel de Oliveira

Apelado: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada fls. 98/101 da Apelação Cível nº 329533-2.

No primeiro grau foi proferida sentença na *Ação Declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais*, proposta por **Antônio Manoel de Oliveira** contra a **CELPE- Companhia Energética de Pernambuco**, a qual julgou procedente, em parte, a pretensão autoral para tornar definitiva a liminar concedida, determinando a retirada das inscrições do nome do demandante no cadastro do órgão de restrição de crédito (SPC) efetuadas pela CELPE e declarar inexistente a dívida que deu origem às inscrições.

Contra essa decisão foi interposta apelação pelo autor, à qual, monocraticamente, dei provimento para reformar a decisão de piso e julgar procedente o pedido indenizatório, condenando a CELPE a pagar R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a título de dano moral pelas inscrições efetuadas indevidamente pela ré, além de condená-la a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da condenação

Contra o julgado de minha lavra, a Empresa ré interpôs o presente agravo, pretendendo a reforma do mesmo, repetindo os argumentos apresentados nas contrarrazões ao apelo.

Pugna pela reforma da decisão recorrida.

É o Relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

119

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 329533-2 - Caruaru (5ª Vara Cível)

Apelante: Antônio Manoel de Oliveira

Apelado: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão agravada está vazada nos seguintes:

"DECISÃO TERMINATIVA. Decisão apelada à fl. 57. Trata-se de apelação interposta contra decisão proferida nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais, proposta por Antônio Manoel de Oliveira, ora apelante, contra a CELPE - Companhia Energética de Pernambuco, decisão essa que julgou procedente, em parte, a pretensão autoral para tornar definitiva a liminar concedida no sentido de retirar as inscrições, efetuadas pela demandada, do nome do recorrente em órgão de restrição de crédito (SPC) e declarar inexistente a dívida que deu origem a elas (inscrições). Inconformada, o autor apelou (fls. 74/83). Afirmou que a sentença deve ser reformada eis que "o simples fato da inclusão indevida do nome do apelante nos cadastros restritivos de crédito caracteriza-se dano moral, prevalecendo a presunção de dano", mesmo existindo inscrição anterior (efetuada pelo Banco HSBC e cuja legitimidade discute-se em outra lide - nº 0000661-74.2013.8.17.0001). Contrarrazões às fls. 88/90, nas quais a apelada pugnou pela manutenção da sentença. Relatado. Decido: Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do apelo e passo a apreciá-lo. Pinço da sentença (fl. 57): 'O feito comporta julgamento antecipado da lide, na medida em que versa sobre matéria de direito, sendo a prova documental suficiente para o sentenciamento (art. 330, I, do Código Instrumental Civil). Bem, a parte ré não comprovou o fato de que a habilitação, origem do débito, tenha sido, de fato, efetuada mediante documentos originais, tanto assim que não juntou um só documento neste sentido, inexistindo, portanto, motivo para o autor amargar as consequências do inadimplemento oriundo de uma avença por ele não celebrada. Na verdade os autos levam a crer que alguém negociou com a ré se utilizando dos dados do autor, o que revela a falta de cautela quando da celebração do ajuste combatido. Resumindo, entendo que no caso em apreço o acionante não concorreu para o surgimento do débito que levou seu nome a ser lançado em cadastro de maus pagadores, não tendo a ré agido com as cautelas devidas, fato que levou o promovente a amargar as consequências de uma restrição indevida. No entanto, diferente do que entendia antes, creio hoje que a existência de uma negativação anterior (fl. 27) exclui a lesão a ser indenizada, uma vez que não há prova nos autos de que a mesma também tenha sido indevida, tendo em vista que o documento de fl. 31 indica números de contratos diversos do número contido na peça de fl. 27. Neste sentido: 'RESPONSABILIDADE CIVIL Indenização

X



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

120

Dano moral Negativação indevida em órgãos de proteção ao crédito
Cartão de crédito remetido à apelante, sem prova de que o tivesse solicitado ou utilizado Existência, todavia, de inúmeras outras negativações anteriores, a fazer incidir a Súmula 385 do STJ Procedência parcial corretamente prolatada, excluída a indenização Apelo improvido.(APL 176496220118260011, TJSP, Rel. Luiz Ambra, Julgamento: 16/01/2013, Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado, Publicação: 18/01/2013). A sentença merece reforma, pois a existência de negativação anterior em cadastro de restrição de crédito, caso dos autos, por si só não isenta o dever de indenizar de quem provocou a anotação indevida, não tendo aplicação na hipótese a súmula 385 do STJ, vejamos: No TJPE: "PROCESSO CIVIL, DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR INAPLICABILIDADE DO CDC NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR JULGAMENTO CITRA PETITA REJEITADA. PAGAMENTO EFETUADO. COBRANÇA INDEVIDA. MANUTENÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. 1. [...] 2. O fato de não ter constado no dispositivo da sentença, a declaração de inelegibilidade do débito, não implica na sua nulidade, justamente porque houve o enfrentamento do pedido. 3. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça e precedentes deste E. Tribunal de Justiça o dano moral é in re ipsa para hipóteses de inscrição do nome do consumidor nos cadastros de inadimplentes. 4. A existência de outros registros desabonatórios não constitui óbice a pretensão indenizatória por inscrição indevida, precedentes do STJ. 5. Indenização que deve ser majorada para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade." (Apelação nº 289142-7, Rel. Des. José Fernandes, 5ª Câmara Cível, julgado em 8/5/2013. No STJ: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES ANTERIORES. IRRELEVÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 385/STJ. 1. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 2. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 3. A Súmula n. 385/STJ somente é aplicável às hipóteses em que a indenização é pleiteada contra o órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito que deixa de proceder à notificação prevista no art. 43, § 2º, do CDC antes de efetivar a anotação do nome do devedor. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 355.468/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 29/11/2013)' Em igual sentido: AgRg no AREsp 364.115/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 11/12/2013. A alegação da recorrida de que a dívida se deu por ato de terceiro não é suficiente para afastar a sua responsabilidade para reparar o dano causado ao recorrente. Nesse caso já se pronunciou esta 5ª Câmara (Recurso de Agravo nº 316672-9, Rel. Des. José Fernandes, julgado em 19/03/2014). No tocante ao quantum



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

121

indenizatório, este Tribunal, a exemplo de várias outras Cortes brasileiras, tem primado pela razoabilidade na fixação dos valores das indenizações. O valor da indenização deve ser aferido caso a caso, segundo as repercussões negativas causadas em razão da ocorrência dos fatos. Sabe-se que a estipulação do montante deve ser proporcional à dor causada. Também se deve ater aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, a fim de não causar enriquecimento sem causa à vítima e, também, não ocasionar a ruína financeira do causador do evento danoso. No caso, incontroversa a realização pela empresa recorrida de 19 anotações indevidas no cadastro de inadimplentes em desfavor do autor, entre o período de 22/04/2008 e 31/03/2012, decorrentes de contrato fraudulento que ocasionou a cobrança da quantia (total) de R\$ 498,23 (fls. 26/27), perdurando até a concessão da liminar em 23/11/2012. Por outro lado, havia anotação anterior às discutidas nos autos (efetuada pelo HSBC em 17/12/2010), cuja litude não foi descaracterizada na ação nº 0000661-74.2013.8.17.0001 (extinta sem resolução de mérito e com trânsito em julgado - acompanhamento processual anexo). Nestas circunstâncias, considerando a gravidade do ato ilícito praticado contra o autor, o potencial econômico do ofensor, o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes, fixo o valor da indenização em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) - no mesmo patamar da Apelação nº 289142-7 acima transcrita. Essa quantia deverá ser corrigida monetariamente a partir desta data, com fulcro na Súmula 362 do STJ, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data do fato danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. No que diz com a verba honorária, fixo o valor de 20% sobre o valor da condenação. Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao apelo para, reformando a sentença, julgar procedente o pedido de indenização por danos morais, fixando-o em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), condenando o réu nas custas processuais e honorários de 20% sobre o valor da condenação, o que faço com arrimo no art. 557, §1º do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Intimações necessárias. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Comarca de origem para os fins de direito. Recife, 30 de abril de 2014. Des. Jovaldo Nunes Gomes. Relator" (grifei)

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça.

Nesses termos, a existência de outros registros desabonatórios não constitui óbice à pretensão indenizatória por inscrição indevida. Configurado, portanto, a inscrição indevida, manifesto é o direito à indenização.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator